

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E TERRITORIALIDADE CAMPONESA EM IGARAPÉ-AÇU – PA/BRASIL¹

Rogério Rego Miranda – UFPA
rogeomiranda2005@hotmail.com²

À Amazônia vem sendo dado um destaque midiático bastante significativo, por meio do qual vêm sendo divulgadas suas potencialidades, suas diversidades sócio-ambientais e os problemas ligados a exploração irracional dos seus recursos naturais. Neste contexto, para se pensar em alternativas de uso mais racional da sua biodiversidade foram lançadas diferentes propostas de desenvolvimento sustentável, assumidas pelo governo brasileiro e aplicadas através de políticas públicas federais. Levando em consideração esta conjuntura histórica, nosso estudo tem por objetivo entender a relação desse processo mais geral com, e o seu impacto sobre, a territorialidade camponesa em Igarapé – Açu (Nordeste Paraense). A especificidade deste município, no que diz respeito à atual condição do campo no século XXI (BALDUÍNO, 2004), reside, em muito, no fato de o mesmo se constituir em um lugar para onde converge políticas públicas nacionais – PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) – ao lado de iniciativas de estímulo à inovação tecnológica, proposta pela EMBRAPA-PA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – seção Pará) e instituições alemãs, as quais consistem no uso de um maquinário de trituração da capoeira, a fim de evitar a queimada. Contudo, esta iniciativa, em virtude de estudos pormenorizados, no que tange às relações de trabalho do camponês, não contemplou a complexificação de sua territorialidade, constituída ao mesmo tempo por um sistema de produção mais arrojado (território enquanto dominação), responsável por sua dinâmica de reprodução material, e um conjunto de símbolos (território enquanto apropriação), formadores de suas identidades territoriais. Com efeito, tais políticas e iniciativas contribuíram, contraditoriamente, para um processo de desterritorialização (HAESBAERT, 2004) camponesa. Para realização desse estudo nos pautamos na teoria da produção

¹ Trabalho realizado durante o desenvolvimento do Projeto SHIFT sócio-economia do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), sob coordenação do Prof. Dr. Thomaz P. Hurtienne, no período de 2003 – 2004.

social do espaço de Henry Lefebvre, presente nos trabalhos de José de Souza Martins (1991) e de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004), sendo estes os dois pensadores em que nosso trabalho se estruturou para entender o processo de produção do território camponês em Igarapé-Açu, o qual pode ser entendido, com base nas concepções desses dois autores, como inserido na lógica do desenvolvimento contraditório e combinado do modo de produção capitalista no Brasil (OLIVEIRA, 2004). Também, seguindo a mesma linha teórica, discutimos o conceito de território e de territorialidade a luz das contribuições de Rogério Haesbaert (2004), ou seja, fazendo uma análise do território correlacionando-o a processos de dominação e/ou de apropriação na relação sociedade-espaço. Os procedimentos metodológicos utilizados para concretização desta pesquisa consistiram em levantamento e análise bibliográfica necessário para a atualização do tema, seguido de observação de campo e de entrevistas semi-estruturadas para a elaboração de um diagrama de Venn, necessário para a análise das representações. De uma forma geral, pudemos observar que os projetos de desenvolvimento para o meio rural objetivam reforçar as relações capitalistas. Conseqüentemente, temos uma proposta concreta de integrar o camponês ao mercado, tornando-o dependente e submisso à lógica deste e permitindo a penetração e o desenvolvimento do capital no espaço agrário local. Entretanto, à medida que este adentra neste espaço, também “cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social”.(OLIVEIRA, 2004, p.42). Concomitante, o camponês em Igarapé-Açu resiste em sua dimensão territorial mais simbólica, sobretudo através de suas crenças, tradições e do sentimento de pertencimento aquela terra, ou seja, tais elementos simbólicos são motivadores para o não desvincilhamento territorial. Na dimensão territorial econômica, a partir do processo de complexificação dos sistemas de produção (HURTIENNE, 2001 p.193), averiguamos uma tentativa de não se ligar ao mercado regional efetivamente, a partir da especialização, e sim buscando alternativas viáveis de manterem sua sobrevivência de base produtiva diversificada e familiar. Por fim, na dimensão territorial jurídico – política, há uma tentativa, por parte do camponês, de manter sua parcela de terra no seio de sua família, procurando, dessa maneira, não adentrar no financiamento do Estado que o torna

² Graduando de Geografia da Universidade Federal do Pará e bolsista PIBIC/CNPq por ocasião da realização da pesquisa. Residente do Conjunto Jardim Europa, Rua Áustria, 101 –Belém/Pa.

dependente do sistema bancário, levando-o ao endividamento e possível criação de uma conjuntura em que a possibilidade de ficar sem seu território é a mais visível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLDUÍNO, Dom Tomás. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta I. Medeiros. (org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e construção da justiça social. São Paulo: ed. Casa Amarela e ed. Paz e Terra, 2004, p.19-25.

HAESBAEST, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HURTIENNE, Thomaz P. Agricultura Familiar e Desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. In: COELHO, Maria Célia N. et al. (org.) Estado e política pública na Amazônia: Gestão do desenvolvimento regional. Belém: Cejup: UFPA – NAEA, 2001, p. 177-283.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta I. Medeiros. (org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e construção da justiça social. São Paulo: ed. Casa Amarela e ed. Paz e Terra, 2004, p.29-70.

POLITIQUES PUBLIQUES POUR LE DÉVELOPPEMENT RURAL, INNOVATIONS TECHNOLOGIQUES ET TERRITORIALITÉ PAYSANNE À IGARAPÉ-AÇU-PA/BRÉSIL¹

Rogério Rego Miranda – UFPA
rogeomiranda2005@hotmail.com²

L'Amazonie est souvent montrée dans la média à travers ses potentialités, ses diversités socio-ambientales et à travers les problèmes liés à l'exploitation irrationnelle de ses ressources naturelles. Dans ce contexte, pour penser à des alternatives d'usage plus rationnelles de sa biodiversité, des différentes possibilités de développement sustentable ont été lancées, assumées et appliquées par l'État brésilien à travers les politiques publiques fédérales. En considérant cette conjoncture historique, cet étude vise comprendre la relation de ce processus dans la territorialité paysanne à Igarapé-Açu (dans le nord-est *paraense*). La spécialité de cette ville, en ce qui concerne l'actuelle condition de la campagne dans le

Telefone para contato: (91) 3235-0830

¹ Travail réalisé pendant le développement du Projet *SHIFTT* socio-économie du *Núcleo de Altos Estudos Amazônicos* (NAEA/UFPA), sous l'orientation du Prof. Dr. Thomaz P. Hurtienne, dans la période de 2003-2004.

² Étudiant de Géographie à l'Université Fédérale du Pará avec de bourse d'études financée par PIBIC/CNPq pendant la réalisation de la recherche. Résidence : Conjunto Jardim Europa, Rua Áustria, 101 – Belém/PA. Téléphone : (91) 3225-0830.

siècle XXI (BALDUÍNO, 2004), fait des rapports à la constitution d'un lieu vers lequel convergent des politiques publiques nationales – PRONAF (*Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*) et FNO (*Fundo Constitucional de Financiamento do Norte*) – et à des initiatives de stimulus à l'innovation technologique proposées par EMBRAPA-PA (*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária* – section Pará) et des institutions allemandes, lesquelles défendent l'usage d'une machinerie de trituration de la *capoeira*, afin d'éviter de terres brûlées. Cependant, cette initiative, en ce qui concerne les relations de travail des paysans, n'a pas considéré la complexification de la territorialité, constituée à la fois d'un système de production moderne (territoire comme domination), responsable par sa dynamique de reproduction matérielle, et d'un ensemble de symboles (territoire comme appropriation), formateurs de ses identités territoriales. Ainsi, ces politiques et initiatives ont contradictoirement contribué pour le développement d'un processus de déterritorialisation paysanne (HAESBAERT, 2004). Cet étude a été guidé par la théorie de la production sociale de l'espace de Henry Lefebvre, selon les oeuvres de José de Souza Martins (1991) et Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004). Ce travail y s'est structuré pour mieux comprendre le processus de production du territoire campagnard à Igarapé-Açu, lequel peut être compris selon ces auteurs comme un territoire inséré dans la logique du développement contradictoire et combiné du mode de production capitaliste au Brésil (OLIVEIRA, 2004). De même, on discute les concepts de territoire et de territorialité selon Rogério Haesbaert (2004), en faisant une analyse du territoire selon des processus de domination et/ou d'appropriation dans la relation société-espace. Les procédés méthodologiques utilisés pour l'effetiviation de cette recherche ont concerné le rapport et l'analyse bibliographique nécessaires pour l'actualisation de ce thème, suivis de l'observation de champ et des interviews semi-structurées pour l'elaboration d'un diagramme de Venn, nécessaire pour l'analyse des représentations. En général, on a remarqué que les projets pour le développement du milieu rural visent renforcer les relations capitalistes. Par conséquence, on a la possibilité d'intégrer le paysan au marché, en le devenant dépendant et soumis à sa logique et permettant la pénétration et le développement du capital dans l'espace agrarien local. Cependant, au fur et à mesure que celui-là rentre dans cet espace, il « crée, récrée, rédefini des relations de production familiale à la campagne. Il favorise le développement de l'économie et celui de la paysannerie comme classe sociale » (OLIVEIRA, 2004, p. 42). Parallèlement, le paysan à Igarapé-Açu résiste dans sa dimension territoriale plus symbolique, surtout à travers ses croyances, ses traditions et son sentiment de liaison à la terre, c'est-à-dire, les éléments symboliques fonctionnent comme des motivateurs pour le non débarrassement territorial. Dans la dimension territoriale économique, à partir du processus de complexification des systèmes de production (HURTIENNE, 2001, p.193), on a remarqué un essai de ne pas lier le marché par la

spécialisation mais par la recherche des alternatives coherentes de garder la survie de base productive diversifiée et familiale. A la fin, dans la dimension territoriale juridico-politique, il y a un essai du paysan de garder sa partie de terre au sein de sa propre famille, pour ne pas devenir dépendant du financement de l'État, ce qui le devient de même dépendant du système bancaire. On envisage en plus la possible création d'une conjoncture qui favorise la permanence dans son territoire.

REFERENCES BIBLIOGRAPHIQUES

BOLDUÍNO, Dom Tomás. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta I. Medeiros. (org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e construção da justiça social. São Paulo: ed. Casa Amarela e ed. Paz e Terra, 2004, p.19-25.

HAESBAEST, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HURTIENNE, Thomaz P. Agricultura Familiar e Desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. In: COELHO, Maria Célia N. et al. (org.) Estado e política pública na Amazônia: Gestão do desenvolvimento regional. Belém: Cejup: UFPA – NAEA, 2001, p. 177-283.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta I. Medeiros. (org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e construção da justiça social. São Paulo: ed. Casa Amarela e ed. Paz e Terra, 2004, p.29-70.